



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2026

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

Índice

Relatório da administração.....	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	06
Balanços patrimoniais.....	11
Demonstrações dos resultados.....	13
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	15
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	17
Conselho de administração.....	34

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto Geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Vanguarda Companhia de Seguros Gerais** (Companhia), relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2026, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Nessas Demonstrações, a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A., suas controladas e coligadas, a qual a Companhia faz parte.

O Grupo Icatu vem analisando oportunidades estratégicas que contemplam incremento nas operações da Companhia.

2. Desempenho nas operações

A Companhia está inoperante e no primeiro semestre de 2026 apresentou um lucro líquido de R\$ 16 (lucro líquido de R\$ 61 no mesmo período do ano anterior). O resultado financeiro influenciou positivamente na melhora do resultado operacional no primeiro semestre de 2026, onde o resultado financeiro atingiu R\$ 248 em junho de 2026 (R\$ 230 no mesmo período do ano anterior), superando as despesas administrativas de R\$ 110 em junho de 2026 (R\$ 54 no mesmo período do ano anterior), despesas com tributos de R\$ 115 em junho de 2026 (R\$98 no mesmo período do ano anterior).

Em 30 de junho de 2026, o ativo total atingiu R\$ 7.098 (R\$ 7.024 em 31 de dezembro de 2025). O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2026, atingiu o montante de R\$ 4.705 (R\$ 4.689 em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 118% (117% em 31 de dezembro de 2025).

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. que é controlada, em última instância, pelo Grupo Icatu.

3. ASG – Ambiental, Social e Governança

No primeiro semestre de 2026, o Grupo Icatu avançou na consolidação da agenda ASG, fortalecendo a governança, a transparência e a integração da sustentabilidade aos negócios. Entre os principais marcos do período destacam-se a publicação do seu segundo Relatório de Sustentabilidade; o aprimoramento da gestão de riscos ASG; a realização da segunda edição do Programa de Mentoria Feminina; a disponibilização do primeiro produto enquadrado como sustentável, em conformidade com a Resolução CNSP nº 473/2024; a evolução da gestão de resíduos na matriz, com foco na redução da geração e na destinação correta; e a ampliação do Programa de Voluntariado.

A saúde e o bem-estar dos colaboradores, a valorização das pessoas e a equidade de gênero seguiram como prioridades da Companhia. Os princípios de equidade estão incorporados ao Código de Ética e Conduta, que estabelece o repúdio a qualquer forma de assédio e discriminação e orienta as principais práticas de gestão de pessoas, incluindo recrutamento, desenvolvimento, remuneração e reconhecimento por mérito.

O Grupo Icatu manteve, ao longo do primeiro semestre de 2026, o foco na promoção da equidade de gênero. As mulheres representavam 49,08% do quadro total de colaboradores do Grupo Icatu (49,32% em 2025). Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,69% (27,87% em 2025); na média gestão, 48,33% (48,32% em 2025); e, no nível operacional, 49,87% (50,07% em 2025).

No mesmo período, as mulheres corresponderam a 48,28% das admissões realizadas, mantendo percentual próximo ao registrado em 2025 (50,28%). Na alta gestão, representaram 20,00% das novas contratações (100% em 2025); na média gestão, 64,29% (42,86% em 2025); e, no nível operacional, 47,62% (50,28% em 2025).

Distribuição remuneratória total do Grupo Icatu

Gênero	30/06/2026			30/06/2025		
	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.012	2.648	16.661	13.294	2.457	15.751
Masculino	18.071	4.451	22.522	16.088	3.847	19.935
Total	32.083	7.099	39.182	29.382	6.304	35.686

Nota 1: A comparação entre os exercícios apontou variação de -2,26 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R\$ 909 nos componentes remuneratórios.

Nota 2: O total remuneratório representa a última posição na data-base indicada.

Durante o primeiro semestre de 2026, a Companhia retornou à sociedade, R\$ 33 (R\$ 37 no mesmo período do ano anterior) pagos à serviços de parceiros terceirizados, R\$ 115 (R\$ 98 no mesmo período do ano anterior) em tributos indiretos e R\$ 6 (R\$ 16 no mesmo período do ano anterior) em tributos diretos.

Além desses avanços, o Grupo Icatu foi reconhecido pelo Instituto MESC como Melhor Empresa em Satisfação do Cliente 2026 nos segmentos de Previdência e Capitalização, reconhecimento que reforça o compromisso da Companhia com a excelência na experiência dos clientes.

4. Auditores independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras intermediárias exigidos pelo órgão regulador para o Grupo Icatu foram prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 3.057 (R\$ 3.227 em 2025).

5. Agradecimento

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2026.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

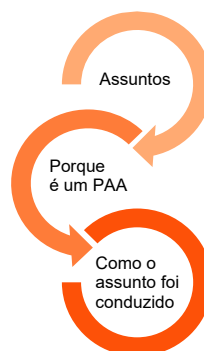
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das aplicações financeiras (Notas 3.3, 5)	
A Seguradora possui aplicações financeiras composta por títulos públicos e fundos de investimentos não exclusivos que compõem o principal ativo da Seguradora.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de valorização e custódia das aplicações financeiras.
A mensuração dos títulos públicos é apurada com base nos preços de negociação no mercado ativo e a existência desses investimentos é assegurada por meio de conciliações com as informações do órgão custodiante; e a mensuração do valor das cotas de fundo de investimento é apurado com base em informações disponibilizadas pelo administrador do fundo investido e a existência dos investimentos é assegurada por meio de conciliações com informações do extrato do fundo disponibilizado pelo administrador do fundo investido.	Efetuamos testes quanto a existência das aplicações por meio do confronto das informações disponíveis na composição da carteira de aplicações com as informações dos órgãos custodiantes para os títulos públicos e para aplicações em cotas de fundos de investimentos com as informações disponibilizadas pelo administrador do fundo investido.
Considerando a relevância dos valores, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Para os títulos públicos com cotação de mercado, realizamos testes de preços utilizados para valorização dessas aplicações com os preços de mercado.
	Para as aplicações em cotas de fundos de investimentos confrontamos os valores utilizados para a mensuração das cotas de fundo de investimento com as informações disponibilizadas pelo administrador do fundo investido.
	Adicionalmente, obtivemos as demonstrações financeiras intermediárias auditadas mais recentes do fundo investido. Com base nessas informações, analisamos se há alguma modificação no relatório do auditor ou alguma informação relevante que pudesse gerar impacto nas demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora.
	Consideramos que as metodologias utilizadas na mensuração dessas aplicações financeiras são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PRO50377/O-6

Balanços patrimoniais

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO		
CIRCULANTE	4.705	4.695
Disponível	44	68
Caixa e bancos	44	68
Aplicações	Nota 5	4.525
Títulos de renda fixa - públicos	4.348	4.268
Quotas de fundos de investimentos	177	233
Títulos e créditos a receber	137	126
Títulos e créditos a receber	12	2
Créditos tributários e previdenciários	Nota 6.1	124
Outros créditos	1	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.393	2.329
Realizável a longo prazo	2.393	2.329
Títulos e créditos a receber	2.393	2.329
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 7.1	2.392
TOTAL DO ATIVO	7.098	7.024

Balanços patrimoniais

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	31/12/2025
PASSIVO		
CIRCULANTE	12	28
Contas a pagar	12	28
Obrigações a pagar	7	20
Impostos e encargos sociais a recolher	5	8
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.381	2.307
Outros débitos	2.381	2.307
Provisões judiciais	Notas 7.2 e 7.3 2.381	2.307
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 8 4.705	4.689
Capital social	4.699	4.699
Lucro/(prejuízo) acumulado	6	(10)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.098	7.024

Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		30/06/2026	30/06/2025
Despesas administrativas	Nota 10.1	(110)	(54)
Despesas com tributos	Nota 10.2	(115)	(98)
Resultado financeiro	Nota 10.3	248	230
RESULTADO OPERACIONAL		23	78
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		23	78
Imposto de renda	Nota 11	(3)	(8)
Contribuição social	Nota 11	(3)	(8)
Participações sobre o lucro		(1)	(1)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		16	61
Quantidade de ações	Nota 8.1	3.316.721	3.316.721
Lucro líquido do período por ação - R\$		0,01	0,02

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	16	61
RESULTADO ABRANGENTE	16	61

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva de ágio na subscrição de ações	Reservas de capital	Reserva legal	Lucros / (prejuízos acumulados)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	4.699	1	15	-	(165)	4.550
Lucro líquido do período	-	-	-	-	61	61
Saldos em 30 de junho de 2025	4.699	1	15	-	(104)	4.611
Saldos em 1º de janeiro de 2026	4.699	-	-	-	(10)	4.689
Lucro líquido do período	-	-	-	-	16	16
Saldos em 30 de junho de 2026	4.699	-	-	-	6	4.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	16	61
Ajustes para:		
Variação das Provisões Judiciais	74	-
Variação de impostos sobre o lucro	6	12
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(24)	(1)
Depósitos judiciais e fiscais	(63)	(68)
Outros Ativos	(11)	(6)
Outras contas a pagar	(13)	(9)
Caixa gerado / (consumido) nas operações	(15)	(11)
Tributos sobre o lucro pagos	(9)	(12)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(24)	(23)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(24)	(23)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	68	64
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	44	41

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Vanguarda Companhia de Seguros Gerais** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Nessas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações), a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, a qual a Companhia faz parte. A controladora final da Companhia, no Grupo Icatu, é a Icatu Seguros S.A.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Não houve comercialização de seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2026 e 2025, mas a empresa se manterá ativa em busca de novos negócios.

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria em 26 de agosto de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e bancos (nota 3.2); e
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (nota 5.1).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a Valor Justo por meio do Resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.2. Caixa e bancos

São representados por depósitos bancários sem vencimento.

3.3. Instrumentos financeiros

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3.1. Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de Custo Amortizado ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.3.2. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço. Estes são classificados como ativos não circulantes.

3.4. Redução ao valor recuperável

3.4.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.4.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5 Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais estão contabilizados no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica “resultado financeiro” são corrigidos de acordo com a legislação vigente.

3.6. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras intermediárias. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.7. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações fiscais, o valor das provisões até agosto de 2024 foi atualizado considerando a taxa SELIC. A partir de setembro/2024 a correção monetária passou a ser feita pelo IPCA, quando não houver outro índice previsto no contrato ou em lei própria, acrescido de juros calculados pela Taxa Legal, que corresponde à aplicação da SELIC deduzida do IPCA ou de outro índice previsto no contrato ou em lei própria, conforme previsto na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações fiscais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica “Outras contas a pagar – Obrigações fiscais” até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01º de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de “Provisões judiciais”.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.8. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações requer que a administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: aplicações financeiras; créditos tributários e previdenciários; provisões judiciais.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.9. Adoção de novas normas e interpretações

Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.9.1. IFRS 17 / CPC 50 – Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das Demonstrações avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.9.2. IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtotais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional.

A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como Medidas de Desempenho Gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 51 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas do exercício de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.9.3. Reforma Tributária sobre o Consumo (RTC)

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, teve início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela receita federal, pelos estados, pelos municípios e pelo comitê gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei e está totalmente adaptada ao novo padrão alfanumérico do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

3.9.4. IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 - R1 – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na *IFRS 9 – Financial Instruments* (CPC 48) e na *IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures* (CPC 40 – R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

3.9.5. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

3.9.6. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulamentares, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

3.9.7. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R\$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025.

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em etapas, sendo elas identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos corporativos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu Seguros. São considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de *ratings* e *duration* que estima uma exposição a perda usando probabilidade de *default* dos ativos.

Em 30 de junho de 2026, o montante de R\$4.348, que representa 96% das aplicações financeiras nesta data, (R\$ 4.268, que representa 95% em 31 de dezembro de 2025), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA). O volume de aplicações em fundos não exclusivos totaliza R\$ 177, que representa 3,91% das aplicações financeiras nesta data, (R\$ 233, que representa 5% em 31 de dezembro 2025).

A Companhia não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Os testes de estresse são simulações utilizadas para estimar as perdas resultantes da materialização de eventos extremos, porém plausíveis, e avaliar a resiliência da solvência das empresas. Dessa forma, é possível determinar o impacto sobre a solvência tendo em vista situações de perdas não esperadas causadas por grandes oscilações de mercado.

Foram realizados os testes de sensibilidade para mensurar o impacto de um choque paralelo de 100 bps nas taxas de juros, segregado por fator de risco, sob as óticas do Patrimônio Líquido e Resultado, porém o efeito é na prática nulo devido a característica pós-fixada da carteira de aplicações.

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as companhias não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios e sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	30/06/2026		Total
	Até 1 ano	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	44	-	44
Aplicações Financeiras	4.525	-	4.525
Títulos e créditos a receber	136	-	136
Total de ativos	4.705	-	4.705
Contas a pagar	12	-	12
Provisões judiciais	-	2.381	2.381
Total de passivos	12	2.381	2.393

Ativos e passivos	31/12/2025		Total
	Até 1 ano	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	68	-	68
Aplicações Financeiras	4.501	-	4.501
Títulos e créditos a receber	126	-	126
Total de ativos	4.695	-	4.695
Contas a pagar	28	-	28
Provisões judiciais	-	2.307	2.307
Total de passivos	28	2.307	2.335

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. Segue demonstração da abertura da carteira:

30/06/2026			
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por meio de Resultado (VJR):	Taxas contratadas	Valor contábil/Justo	Valor justo
Fundos não exclusivos	-	177	177
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	4.348	4.348
Total		4.525	4.525
Circulante		4.525	4.525

31/12/2025			
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por meio de Resultado (VJR):	Taxas contratadas	Valor contábil/Justo	Valor justo
Fundos não exclusivos	-	233	233
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	4.268	4.268
Total		4.501	4.501
Circulante		4.501	4.501

	30/06/2026	31/12/2025
Sem vencimento	177	233
Vencimento em até um ano	4.348	4.268
Total	4.525	4.501

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

Títulos mensurados ao Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	4.436
(+) Aplicações	3.812
(-) Resgates	(4.339)
(+) Rendimentos	592
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	4.501
(+) Aplicações	200
(-) Resgates	(473)
(+) Rendimentos	297
Saldo em 30 de junho de 2026	4.525

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2026		
	Nível 01	Nível 02	Total
Valor Justo por meio do Resultado (VJR)			
Fundos não exclusivos	-	177	177
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.348	-	4.348
Total	4.348	177	4.525

	31/12/2025		
	Nível 01	Nível 02	Total
Valor Justo por meio do Resultado (VJR)			
Fundos não exclusivos	-	233	233
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.268	-	4.268
Total	4.268	233	4.501

6. Créditos tributários e previdenciários

6.1. Tributos a recuperar

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os tributos a recuperar de R\$ 124, são compostos de imposto de renda no valor de R\$ 71 e demais impostos no valor de R\$ 53

7. Depósitos judiciais e provisões judiciais

7.1. Depósito judiciais fiscais

Os saldos de depósitos judiciais fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	2.329	2.182
Baixados	(13)	-
Atualização Monetária	76	147
Saldo Final	2.392	2.329

7.2. Outros débitos – provisões judiciais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não havia provisões judiciais classificadas com probabilidade de perda provável. As obrigações fiscais em discussão judicial referem-se a uma execução fiscal de 1997 que envolvem débitos de CSLL do período de apuração da data-base de 31/12/1991 e que ainda não possui decisão definitiva. Essa ação está classificada com probabilidade de perda possível, conforme demonstrado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Causas Fiscais						
Probabilidade de Perda	Quantidade	30/06/2026		Quantidade	31/12/2025	
		Valor Estimado	Valor Provisionado		Valor Estimado	Valor Provisionado
Possível	7	3.768	2.381	7	3.523	2.307
Total	7	3.768	2.381	7	3.523	2.307

Causas Cíveis						
Probabilidade de Perda	Quantidade	30/06/2026		Quantidade	31/12/2025	
		Valor Estimado	Valor Provisionado		Valor Estimado	Valor Provisionado
Possível	3	454	-	3	833	-
Total	3	454	-	3	833	-

7.3. Provisões judiciais – obrigações fiscais

Na rubrica “Outros débitos” são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

De acordo com a determinação da SUSEP, em janeiro de 2025, a companhia reclassificou os saldos das contas “Outras Contas a Pagar” relacionado as discussões judiciais do PIS e COFINS para “Obrigações Judiciais”.

Contribuição	Saldo em 01/01/2025	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2025	Atualização Monetária	30/06/2026
COFINS	1.698	112	1.810	59	1.869
PIS	468	29	497	15	512
Total - Obrigações Fiscais	2.166	141	2.307	74	2.381

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	-	304	-	1.869	-	2.173
Faturamento (b)	-	208	-	-	-	208
Saldo total 30/06/2026	-	512	-	1.869	-	2.381

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	318	294	1.932	1.810	2.250	2.104
Faturamento (b)	79	203	-	-	79	203
Saldo total 31/12/2025	397	497	1.932	1.810	2.329	2.307

(a) PIS/ COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;

(b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de janeiro de 2026 entra em vigor o período de testes e adaptação da reforma tributária, com a implementação progressiva dos novos tributos (CBS e IBS) em um cronograma que vai até 2033. O ano de 2026 será focado nos testes de alíquotas simbólicas (0,9% CBS, 0,1% IBS) e lançamento de atualizações nas plataformas do Comitê Gestor para ajuste dos sistemas da Companhia, com modelo de fiscalização predominantemente educativa.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 4.699, representado por 3.316.721 ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias nominativas.

8.2. Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido	4.705	4.689
Subtotal PLA - nível	4.705	4.689
PLA Nível I	4.705	4.689
PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3 (d = a+b+c)	4.705	4.689
Capital Base (CB) (a)	4.000	4.000
Capital de Risco de Crédito	72	71
Capital de Risco - Mercado	5	8
Capital de Risco - Redução por correlação	(4)	(6)
Capital de Risco (CR) (b)	73	73
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	4.000	4.000
Patrimônio líquido ajustado	4.705	4.689
(-) Exigência de capital - EC	(4.000)	(4.000)
Suficiência de capital - R\$	705	689
Suficiência de capital (% da EC)	118%	117%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (c)	5	-	-	-	14	-	(0)	-
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	(3)	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Ligada) (a)	7	2	-	-	20	32	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (a) (b)	0	-	(1)	(1)	0	-	(4)	(4)
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (a)	0	-	-	-	0	-	(0)	-
Vanguardacap Capitalização S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	13	2	(1)	(1)	35	32	(7)	(4)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Reembolsos de custos administrativos: referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(b) Valores referentes a taxa de gestão dos instrumentos financeiros para a Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda; e

(c) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

10.1. Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal próprio	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(32)	(37)
Localização e funcionamento	(31)	(30)
Publicações	(45)	-
Outras despesas administrativas	(1)	(14)
Total	(110)	(54)

10.2. Despesas com tributos

	30/06/2026	30/06/2025
COFINS	(12)	(11)
PIS	(2)	(1)
Taxa de Fiscalização	(86)	(86)
Outras Despesas com Tributos	(15)	-
Total	(115)	(98)

10.3. Resultado financeiro

Categoria - Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	30/06/2026	30/06/2025
VJR	297	273
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	11	35
Títulos públicos	286	238
Outras receitas financeiras	76	54
Total – receitas financeiras	373	327
Outras despesas financeiras	(124)	(97)
Total – despesas financeiras	(124)	(97)
Total	248	230

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2026		30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	23	23	78	78
Participação nos lucros e resultados	(1)	(1)	(1)	(1)
Base de cálculo	22	22	77	77
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(3)	(3)	(11)	(11)
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	8	8	(3)	(3)
Diferenças temporárias	8	8	(3)	(3)
Resultado ajustado	30	30	74	74
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(9)	(9)	(22)	(22)
Lucro após as compensações	21	21	52	52
Despesas com IRPJ/CSLL correntes	(3)	(3)	(8)	(8)
Despesas com IRPJ/CSLL	(3)	(3)	(8)	(8)
Alíquota efetiva	13,64%	13,64%	10,53%	10,53%

12. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30 de junho de 2026 da Icatu Seguros S.A.

13. Evento Subsequente

13.1 Ação Declaratória nº 0010361-32.1996.4.03.6100

Em julho de 2026, foram proferidas decisões no âmbito da Ação Declaratória nº 0010361-32.1996.4.03.6100, relacionada à discussão da incidência do PIS sobre receitas operacionais auferidas entre janeiro de 1996 e junho de 1997. Em conformidade com o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, os recursos pendentes foram rejeitados, restando apenas o trânsito em julgado da referida ação.

Considerando o estágio atual da demanda, a Administração decidiu por promover a recuperação da parcela dos depósitos judiciais passível de restituição e a baixa das provisões relacionadas ao processo quando da conclusão dos procedimentos judiciais aplicáveis. Como resultado, a Companhia estima o reconhecimento de uma despesa líquida de aproximadamente R\$ 1,6 mil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

CNPJ: 42.582.049/0001-40

Diretoria

Diretor-Presidente

Luciano Soares

Diretores

César Luiz Salazar Saut
Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076.168/O-7

Atuária

Lígia Guedes de Abreu
MIBA nº 1394